

II *Universidade Católica do Porto faz levantamento do edificado na região*

API quer que Governo retome Turismo no Douro

ISABEL CRISTINA COSTA

iccosta@mediafin.pt

A AGÊNCIA Portuguesa para o Investimento (API) quer que o actual Governo retome o Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD), que “verdadeiramente, não existe”. A agência, liderada por Miguel Cadilhe, (que sairá em Novembro ao fim de três anos de mandato), refere ainda na “nota-bene” de Maio, que “está em falta o investimento público. E sem ele, o investimento privado de qualidade dificilmente aparece”.

A API resolveu, entretanto, encomendar à Escola das Artes da Universidade Católica do Porto o “Levantamento/Inventário do Edificado Português no Vale do Douro”. Nesse relatório final, em fase de ultimção, é chamada a atenção para a falta de investimento público ao nível de acessibilidades, urbanização e

Ordenamento do território reúne mais queixas

Das várias interpelações feitas pelos investidores à API, o ordenamento do território é o tipo de custos de contexto que continua a reunir o maior número de queixas (16 casos). Por falta de licença, de plano e de decisão, tanto a nível local como central. São disso exemplo as interpelações feitas por promotores como Parkalgar, Bértico e Unicer. Seguem-se outras tramitações (10), fiscalidade (sete), ambiente (sete), custo de “inputs” (seis) e Estado pessoa de bem (três casos de não cumprimento de obrigações contratuais).

ambiente.

“Na generalidade, os eixos viários existentes apresentam deficiências nos seus traçados, na pavimentação, na protecção e segurança, na sinalização e na indicação toponímica”, lê-se no trabalho dos especialistas da Católica. Ao nível do ambiente, “alguns aterros ilegais de detritos sólidos urbanos e industriais situam-se junto ao rio Douro, sendo visíveis na margem direita e constituindo um atropelo paisagístico numa área referencial de produção vinícola e de elevado potencial turístico”.

Recorde-se que o PDTVD foi apresentado publicamente, no Pinhão, em Julho de 2003, no âmbito da segunda reunião do Fórum de Embaixadores da API. No final desse mês, o Governo de Durão Barroso deliberou a preparação do plano, só que este, quase dois anos depois, continua por aprovar. É no último Conselho de Ministros

do Governo de Santana Lopes foram aprovadas medidas de acompanhamento e de avaliação. Para a API, foi uma resolução fraca. É que “o atraso na apreciação do plano tem óbvios efeitos negativos na imagem e credibilidade junto dos investidores”.

Na “nota-bene” de Maio, a API menciona ainda os PIN - Projectos de Potencial Interesse Nacional e mostra-se expectante quanto ao novo instrumento para desembarçar com efectiva celeridade pesados custos de contexto. A API integra a comissão de avaliação e acompanhamento, que já iniciou funções e estará no activo até ao final de 2007.

Em Maio, a API registou um “stock” inicial de 57 casos de custos de contexto. O “stock” final é de 48 casos (37% assume o grau mais grave). E atribuiu os primeiros galardões aos municípios com as melhores práticas: Alpiarça, Arcos de Valdevez, Évora e Palmela.